

**ATA DA TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO¹ DA
CÂMARA TÉCNICA DE ORIENTAÇÃO E AVALIAÇÃO – CT/SIOPS
(MINUTA)**

Às 9:20 horas do dia 10 de abril de 2007, na sede do Ministério da Saúde em Brasília/DF, Bloco “G”, Edifício Sede, Sala de Reuniões nº 816 da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – SCTIE, reuniram-se os membros da Câmara Técnica de Orientação e Avaliação do SIOPS – CT/SIOPS (lista de presença anexa), sob a coordenação do Senhor Elias A. Jorge, Diretor do Departamento de Economia da Saúde – DES.

Aberto os trabalhos da trigésima sétima reunião da CT/SIOPS pela coordenadora da equipe responsável pela SIOPS, que substituiu o coordenador da CT por um breve espaço de tempo, foi aprovada a ata da 36ª reunião, dispensada sua leitura, em razão do conhecimento prévio da mesma por parte dos membros da CT/SIOPS.

Com a palavra, a coordenadora da equipe responsável pelo SIOPS, Sra. Corah Prado, passou ao ponto de pauta referente às atualizações da página da internet. Foi apresentado o sítio do SIOPS na internet em tempo real. Oportunamente, foram acessados todos os links existentes na página, com demonstração do grau detalhado de pesquisa que a página fornece; destaque foi dado às novas consultas implementadas e aos formulários das demandas ao sistema, que permanecem registradas na página da internet, com formulário próprio.

O Procurador do Ministério Público Federal, Senhor Oswaldo Barbosa solicitou que seja feita uma revisão na página no menu “Instâncias de Suporte”, no qual consta os nomes dos participantes da câmara técnica, além de sugerir a publicação das atas da CT/SIOPS no referido link.

O representante da Secretaria de Vigilância em Saúde, Sr. Geraldo Ferreira, por oportuno anunciou a saída de seu suplente, Senhor Edson.

Após o termino da apresentação das atualizações da página da internet, a coordenação dos trabalhos foi passada ao Senhor Elias Jorge, em razão de sua chegada.

Quanto ao item da pauta “informes gerais”, o coordenador falou de sua participação na última reunião do MERCOSUL e entregou aos presentes uma planilha com valores referentes a benefícios em saúde, previdência e assistência social no Brasil em 2005. Referida planilha apresenta valores absolutos de gastos nas três áreas citadas e teve como fonte de dados os Ministérios da Saúde, Previdência e Desenvolvimento Social.

Na sequência, falou sobre a possível renovação da DRU, que desvincula receitas da União, e a possível instituição de DRES e DREM por parte dos Estados e Municípios, respectivamente. Ainda com a palavra, comemorou a forma como foram conduzidas as matérias publicadas pela Folha de São Paulo e pela Gazeta Mercantil quanto ao financiamento da saúde, baseadas na Nota Técnica 02A/2007, com ressalva ao percentual constitucional mínimo, que foi indicado erroneamente no caso de alguns Estados. Destacou, ainda, a importância das notas técnicas do SIOPS, em especial a última em razão de sua convalidação pela CT/SIOPS, que dão maior compreensão ao tema.

A seguir, o coordenador explanou sobre o panorama atual da aprovação do PLC 01/2003 da Câmara dos Deputados. Informou, ainda, que além de não estar na pauta, foram apresentados dois outros projetos no Senado Federal. Um de autoria do Senador Tião Viana e o outro do Senador Marconi Pirillo. Além disso, falou sobre o Memorial dos Estados – Membros e do Distrito Federal, documento produzido pelo CONFAZ, que serviu de base para o encontro dos governadores com o Presidente da República e que desvirtua grande parte da base de receitas e despesas preconizadas pela Emenda Constitucional 29.

A representante do Conselho Nacional de Saúde - CNS, Senhora Ana Cristhina de Oliveira Brasil, informou que o presidente do CNS tem feito gestão junto à Câmara dos Deputados no sentido de aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 (EC nº 29); que o CNS, por meio da Comissão de Orçamento e Financiamento do CNS - COFIN está elaborando estratégias para o contato direto com os parlamentares, em especial os da Comissão de Orçamento, com fito de sensibilizá-los da importância da regulamentação. Disse, ainda, que será realizado o 1º encontro entre as COFINS estaduais e a COFIN do CNS, no dia 12 de abril no auditório do TCU, para: discutir e analisar o orçamento da saúde à luz do pacto de gestão e criar uma rede de relações entre as comissões a fim de aumentar a capilaridade do CNS com os conselhos estaduais de saúde no que se refere ao tema; salientou que haverá um espaço, no referido evento, para apresentação do SIOPS e suas necessidades junto aos Estados. Comentou ainda que a COFIN/CNS estará promovendo a reavaliação dos gastos em saúde da União, após a reavaliação do PIB pelo IBGE, ocorrida em março de 2007.

Em relação à DRE e à DREM a representante do CNS informou que o CNS já se manifestou desfavoravelmente, assim como contra ao contingenciamento de recursos por parte a União, por meio de uma resolução do CNS, em que o plenário repudia veementemente estas ações.

O representante da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/MS, Senhor Anamin Silva, comentou acerca das negociações entre os Ministérios da Saúde, Planejamento e Fazenda e que o novo secretário do Tesouro Nacional é um antigo interlocutor do MS na resolução das demandas de saúde.

Com a palavra o representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS, Senhor Joellyngton Santos, informou que o CONASEMS também repudia toda e qualquer forma de redução de recursos para a área da saúde, além de externar sua preocupação com as proposições apresentadas no Congresso Nacional Brasileiro, bem como seus trâmites internos.

Na sequência, o técnico da equipe responsável pelo SIOPS, Jomar Rodrigues, apresentou as planilhas que compunham o documento intitulado “SIOPS UNIÃO – VERSÃO PRELIMINAR” entregue na ocasião. O referido documento apresenta o valores, em reais, dos seguintes dados da União: receita total; despesas por subfunção, fonte de recursos, unidade gestora executora – destaques orçamentários; o total de restos a pagar; a execução em 2006; e os pagamentos e cancelamentos em 2006, por subfunção e Unidade Orçamentária

Ao tratar das despesas por unidade executora com saúde, foi apresentado, como exemplo, a questão da Rede Sarah que tem dotação orçamentária dentro de orçamento do Ministério da Saúde.

A representante do Fundo Nacional de Saúde, Senhora Léa Ribeiro, informou que a Rede Sarah é uma associação sem fins lucrativos e que possui um contrato de gestão com o Ministério da Saúde. O coordenador, por sua vez, destacou que os recursos orçamentários repassados para esse tipo de entidade são automaticamente considerados como executados pelo FNS.

O representante da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, Senhor Gilvan Dantas, por sua vez, informou que desde 2006 já está sendo feito um controle via SIAFI - Gerencial da execução ou não dos recursos repassados a esse tipo de entidade.

Quanto ao montante de recurso financeiro inscrito em restos a pagar, o coordenador da CT comentou que sempre colocou sua preocupação diante do crescimento constante do montante inscrito em restos a pagar.

O representante da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento lamentou o fato da legislação pátria, que trata da elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos entes da federação, estar defasada, uma vez que data de 1964. Nessa linha de raciocínio, argumentou que muitas das vezes esse crescente número de empenhos realizados em no último dia do ano (31/12) decorrem da tentativa de

não perder o recurso orçado, que pode ser justificada, inclusive, pela falta de pessoal para executar o orçamento.

Novamente com a palavra, o técnico Jomar Rodrigues passou a apresentar as planilhas, impressas em folha avulsa, intitulada “Execução da União – Preliminar”, que dispõe sobre o orçamento previsto para a área da saúde em 2006 e 2007 e a execução orçamentária (receitas e despesas) em 2006 e 2007 (até fevereiro).

Diante dos valores apresentados, o coordenador explicou o motivo pelo qual afirma que o País é viável. Isso porque, explicou ele, retirando a rolagem da dívida a execução orçamentária é superavitária em R\$ 104,5 bilhões, uma vez que é efetivamente gasto R\$272 bilhões de reais.

Ainda com a palavra, o coordenador solicitou que seja incluído na referida planilha as receitas e despesas da seguridade social. E, ao comentar o último quadro que compõe o documento supra citado, sobre a aplicação em saúde, conforme a EC nº 29, com base no anexo XV, RREO, informou que o percentual de 9,68% em 2006 não leva em consideração eventual descumprimento da EC nº 29 no ano imediatamente anterior.

Em relação à aplicação de recursos na saúde pela União, após a divulgação do novo Produto Interno Bruto – PIB os representantes da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, do CNS e do CONASEMS informaram que, ainda, estão fazendo o levantamento do quanto isso significa no financiamento da saúde.

O representante do Ministério Público, por sua vez, disse que a atuação de seu órgão será de averiguar o eventual descumprimento da EC nº 29; se concluir pelo descumprimento da EC nº 29, por parte da União, diante do novo valor do PIB, serão tomadas as devidas providências jurídicas. No entanto, se for verificado que com base no valor do PIB anterior a União tenha cumprido, mas que em decorrência do novo valor do PIB a situação seja revertida para o descumprimento não poderá ser imposta sanções. O que poderá ser feito é um ajustamento de conduta de forma que haja um incremento no montante a ser aplicado.

Dando continuidade aos pontos da pauta, foi dada a palavra à técnica Rita de Cássia Silva, para tratar da pretensão de congelar a base de dados do SIOPS. A técnica explicou que as transmissões anteriores a 2004 podem ser realizadas sem nenhum impedimento; que o procedimento de retransmissão pode ser feito várias vezes, acarretando alterações constantes nos dados já transmitidos.

Após discussões, foi aprovado pelos membros da CT/SIOPS que deverá ser discutido internamente o modo mais viável de fazer esse tipo de “congelamento” da base de dados do SIOPS, ficando, apenas, estipulado que os Municípios deverão ser informados do interstício de noventa dias para o início do “congelamento” da base.

Com a palavra, o representante do CONASEMS informou que o Senador Tião Viana apresentou novo projeto de lei complementar, no intuito de regulamentar a EC nº 29/00; que não há previsão de votação em plenário do PLC nº 01/03 de autoria do Deputado Roberto Gouveia;

A representante do CNS reafirmou a atuação do conselho no sentido de viabilizar a regulamentação da EC nº 29/00.

No tocante à situação de entrega dos Estados e Municípios, o coordenador apresentou as três planilhas entregues aos presentes. A primeira demonstrando os dados referentes à situação de entrega dos anos de 2000 à 2006, com destaque para o percentual de municípios que informaram o sistema; estipulando a correção do cabeçalho, onde se lê: 2006 semestral, leia-se 2006. Já na segunda planilha, que trouxe o histórico de municípios regularizados, foi dado destaque para o número de municípios cadastrados como sem balanço. E na terceira e última planilha, que dispõe sobre a situação de entrega do SIOPS pelos Estados, foi destaque o Amapá, único Estado a transmitir o SIOPS-Anual 2006.

Após algumas considerações finais feitas pelo coordenador da CT-SIOPS e a apresentação pessoal de cada um dos presentes, a reunião foi dada por encerrada às 13:30 horas.